

SUMÁRIO

Nota dos autores à quinta edição	15
Prefácio à primeira edição	17
Apresentação à primeira edição	19
Capítulo I	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO PROCESSO COLETIVO	23
1. Breve Histórico das Ações Coletivas	23
1.1. Generalidades.....	23
1.2. Clóvis Beviláqua: um “ <i>réquiem</i> ” para as ações coletivas e para as tutelas adequadas aos direitos não-patrimoniais	24
1.3. Novas mudanças e os desdobramentos da alteração do paradigma individualista no Processo Civil Brasileiro: rumo ao processo (também) não-patrimonial e à primazia da tutela específica	27
2. A ação coletiva não é litisconsórcio multitudinário: a estrutura “molecular” do litígio.....	30
3. Fundamentos sociológicos e políticos da ação coletiva.....	33
4. O processo coletivo como espécie de “processo de interesse público” (<i>public law litigation</i>).....	35
5. Conceito de processo coletivo no direito brasileiro	41
6. O microsistema processual coletivo e o papel do Código de Defesa do Consumidor	45
6.1. Generalidades.....	45
6.2. O CDC como um “Código de Processo Coletivo Brasileiro”.....	46
6.3. O microsistema do processo coletivo.....	49
7. Modelos de tutela jurisdicional dos direitos coletivos	53
7.1. Consideração inicial.....	53
7.2. Modelo da <i>Verbandsklage</i> (tradicional da Europa-Continental).....	54
7.3. Modelo das <i>class actions</i> (modelo norte-americano)	56
7.4. Universalização da experiência norte-americana e brasileira	57
8. Legislação e procedimentos relacionados à tutela coletiva.....	58
9. Projetos de Código Processual Coletivo e principais tendências do Direito Processual Coletivo	61
9.1. Projetos de Código de Processos Coletivos	61
9.2. A lógica da nova codificação: platôs filosóficos, razão fraca e racionalidade jurídica	65
9.3. Microsistemas e códigos: falsa incompatibilidade.....	68
9.4. O contraditório como valor-fonte do Direito Processual e a necessidade de normas abertas no Código Processual Civil Coletivo.....	69

Capítulo II

**DIREITOS COLETIVOS *LATO SENSU* (DIFUSOS,
COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS)**

1. Introdução	73
2. Direitos difusos	74
3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	74
4. Direitos individuais homogêneos.....	76
5. Direitos individuais homogêneos como direitos coletivos: visão crítica da doutrina dos “direitos individuais coletivamente tratados”.....	81
6. Titularidade dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> : direitos subjetivos coletivos	82
7. Critérios para a identificação do direito objeto da ação coletiva	84
8. Direitos ou “interesses”?.....	87
9. Ações pseudoindividuais?.....	93
10. Ações pseudocoletivas	95
11. Situações jurídicas coletivas passivas	96

Capítulo III

PRINCÍPIOS DA TUTELA COLETIVA

1. Introdução à teoria dos princípios	97
1.1. A importância dos princípios no direito atual	97
1.2. Funções ou dimensões dos princípios.....	99
1.3. Jusnaturalistas e juspositivistas.....	101
1.4. Princípios como fontes primárias.....	103
1.5. Definição de normas-princípio e normas-regra.....	104
1.6. Princípios como razões para regras.....	107
1.7. Caráter <i>prima facie</i> das regras	108
1.8. Direitos fundamentais como princípios e regras.....	110
2. Princípios da tutela coletiva	110
2.1. Consideração introdutória	110
2.2. Princípio do devido processo legal coletivo	112
2.2.1. Generalidades	112
2.2.2. Princípio da adequada representação (legitimação)	113
2.2.3. Princípio da adequada certificação da ação coletiva	113
2.2.4. Princípio da coisa julgada diferenciada e a “extensão subjetiva” da coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> à esfera individual	114
2.2.5. Princípio da informação e publicidade adequadas.	115
2.2.6. Princípio da competência adequada (<i>forum non conveniens</i> e <i>forum shopping</i>).....	116
2.3. Princípio da primazia do conhecimento do mérito do processo coletivo.....	118
2.4. Princípio da indisponibilidade da demanda coletiva	121
2.5. Princípio do microsistema: aplicação integrada das leis para a tutela coletiva	122
2.6. Reparação integral do dano.....	124

SUMÁRIO

2.7. Princípio da <i>não-taxatividade</i> ou da <i>atipicidade da ação e do processo coletivo</i>	125
2.7.1. O mandado de segurança coletivo como instrumento processual para a tutela de direitos difusos	127
2.8. Princípio do ativismo judicial	129
3. Necessidade de indicação dos princípios na proposta de CBPC ou nas reformas da legislação coletiva	133

Capítulo IV

COMPETÊNCIA

1. Princípio da competência adequada	135
2. Competência territorial	136
2.1. Distinção entre competência funcional e competência territorial absoluta	136
2.2. A competência para a ação civil pública como hipótese de competência territorial absoluta	136
2.3. A competência para a ação civil pública e a regra de delegação de competência federal ao juiz estadual (art. 109, § 3º, CF/88)	138
2.4. Competência quando o dano ou o ilícito for nacional	139
2.5. Competência quando o dano ou o ilícito for regional	141
2.6. Competência quando o dano ou o ilícito for estadual	143
3. A restrição territorial da eficácia das decisões em ação coletiva: o art. 16 da Lei Federal nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública) e o art. 2º da Lei Federal nº 9.494/97	143
4. Competência para a ação de improbidade administrativa	150
4.1. A inconstitucionalidade da Lei Federal nº 10.628/2002 (Prerrogativa de função)	150
4.2. Competência para Julgamento dos Agentes Políticos (Crime de Responsabilidade e <i>Bis in Idem</i>)	155
5. Outras hipóteses de competência da Justiça Federal para processar e julgar ação coletiva	158
6. Competência do STF para as ações coletivas que envolvam conflitos entre estados ou entre esses e a União (art. 102, I, “F”, CF/88)	159
7. Casos extraordinários de competência originária do STF para julgar a ação popular	160

Capítulo V

CONEXÃO E LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÕES COLETIVAS E A RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS E AÇÕES INDIVIDUAIS

1. Conexão	163
1.1. Considerações gerais sobre a conexão	163
1.2. A conexão e a prevenção na tutela jurisdicional coletiva	166
1.3. A conexão em causas coletivas pode importar modificação de uma regra de competência absoluta? É possível falar em juízo preventivo universal?	168
2. Litispendência	172

2.1.	Considerações gerais sobre a litispendência.....	172
2.2.	Litispendência entre demandas coletivas.....	173
2.2.1.	Generalidades. Litispendência entre demandas coletivas propostas por legitimados diversos	173
2.2.2.	Efeito da litispendência entre demandas coletivas com partes distintas	174
2.2.3.	Identidade da situação jurídica substancial deduzida.....	176
2.2.4.	Litispendência entre demandas com causas de pedir distintas	177
2.2.5.	Litispendência entre as demandas coletivas que tramitam sob procedimentos diversos	179
2.2.6.	Há litispendência entre uma ação coletiva que versa sobre direitos difusos e outra que versa sobre direitos individuais homogêneos?..	179
3.	Relação entre a ação coletiva e a ação individual	181
3.1.	A ação coletiva não induz litispendência para a ação individual.....	181
3.2.	O pedido de suspensão do processo individual. A ciência inequívoca da existência do processo coletivo e o ônus do demandado de informar o autor individual.....	181
3.3.	A desistência do mandado de segurança individual em razão da pendência do mandado de segurança coletivo. Art. 22, § 1º, da Lei n. 12.016/2009. Possível inconstitucionalidade. Apelo ao microsistema	184
3.4.	Há continência entre ação coletiva e ação individual?	185
3.5.	O direito à auto-exclusão (<i>right to opt out</i>) no microsistema brasileiro de tutela coletiva	186
3.6.	Possibilidade de suspensão do processo individual <i>independentemente</i> de requerimento da parte. O julgamento do REsp. n. 1.110.549/RS (recurso especial repetitivo)	188
3.7.	Comunicação da existência de processos repetitivos ou outro fato que possa dar ensejo ao ajuizamento de ação coletiva (art. 7º da LACP)...	193
Capítulo VI		
LEGITIMAÇÃO AD CAUSAM NAS AÇÕES COLETIVAS		
1.	Natureza jurídica da legitimação coletiva.....	195
2.	Legitimação ativa.....	202
3.	Características da legitimação coletiva e o problema do interesse do substituto ..	206
4.	Controle jurisdicional da legitimação coletiva.....	210
5.	Conseqüência da falta de legitimação coletiva ativa.....	215
6.	Legitimidade ativa das Defensorias Públicas.....	216
7.	“Legitimidade <i>ad causam</i> ou <i>ad processum</i> ” no mandado de segurança coletivo. Perspectivas	220
8.	Outros problemas relacionados à legitimidade ativa do Ministério Público.....	222
Capítulo VII		
INQUÉRITO CIVIL.....		
1.	Noções gerais	225
2.	Princípio do contraditório	230

SUMÁRIO

3. Princípio da publicidade.....	234
4. Princípio da duração razoável do procedimento	236
5. Instauração	236
6. Inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta	237
7. Arquivamento.....	238
8. Reabertura do inquérito e reapreciação de provas	242
9. O inquérito civil e o crime de falso testemunho	244
10. Recomendações.....	245
11. Audiências públicas	246
Capítulo VIII	
INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....	249
1. Assistência nas causas que versem sobre direitos difusos e coletivos <i>stricto sensu</i>	249
2. Assistência nas causas que versem sobre direitos individuais homogêneos.....	252
3. Intervenção de <i>amicus curiae</i> em ações coletivas.....	254
4. Assistência na ação popular	255
5. Intervenção do co-legitimado em ação coletiva (litisconsórcio ulterior unitário ativo)	257
6. Intervenção da pessoa jurídica interessada na ação popular e na ação de improbidade administrativa.....	260
7. Denúnciação da lide	261
7.1. O problema do inciso III do art. 70 do CPC	261
7.2. A questão na ação civil pública.....	264
7.3. A denúnciação da lide e o chamamento ao processo nas causas coletivas de consumo	266
8. Intervenção de legitimado extraordinário para a defesa de direitos coletivos (<i>lato sensu</i>) como assistente simples em processo individual	270
Capítulo IX	
ASPECTOS GERAIS DA TUTELA COLETIVA (MATERIAL E PROCESSUAL).....	273
1. Regime jurídico da prescrição e da decadência dos direitos coletivos <i>lato sensu</i>	273
1.1. Generalidades.....	273
1.2. Classificação dos Direitos Subjetivos: Direitos-Prestação, Direitos-Poder e Direitos-Dever.....	276
1.3. Classificação das Ações	278
1.4. A imprescritibilidade das ações coletivas	279
1.5. Prescritibilidade das ações coletivas	282
1.6. Contagem e fluência do prazo.....	286
1.7. Momento da fluência e aplicação subsidiária do CDC: início flexível....	287
1.8. Momento da fluência: danos permanentes e continuados.....	293
1.9. A propositura de uma ação coletiva interrompe o prazo prescricional para a ação individual?	294
1.10. Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário.	

Exame do pensamento de Ada Pellegrini Grinover	295
2. O pedido na ação coletiva	297
2.1. Interpretação do pedido.....	297
2.2. Ampliação e aditamento do pedido.....	300
2.3. O pedido de indenização por dano moral coletivo.....	303
2.4. Ações coletivas e o controle de constitucionalidade. Ação coletiva em matéria tributária e previdenciária	307
3. Abandono em ações coletivas	314
4. Desistência em ações coletivas	315
5. A reconvenção	315
6. A distribuição dinâmica do ônus da prova	318
7. Conciliação nas causas coletivas: compromisso de ajustamento de conduta	322
8. Tutela de urgência nos processos coletivos.....	325
9. Litigância de má-fé e despesas processuais	331
9.1. Regime jurídico geral de adiantamento de custas processuais e pagamento de honorários advocatícios de sucumbência nas ações coletivas.....	331
9.2. Outros possíveis condenados em razão da litigância de má-fé.....	333
9.3. Condenação do Ministério Público: responsabilidade da Fazenda Pública.....	335
9.4. Artigos 17 e 18 da Lei de ação civil pública.....	336
9.5. Quadro comparativo dos regimes das custas e honorários nos Códigos Modelo e nos Projetos de Código Brasileiro de Processos Coletivos	337
10. A atuação do Ministério Público nas ações coletivas.....	339
10.1. Litisconsórcio entre Ministérios Públicos e o problema da competência	339
10.2. Intervenção como <i>custos legis</i>	342
10.3. Ministério Público e os direitos individuais homogêneos: função promocional dos relevantes interesses sociais	344
10.4. Ministério Público e proteção ao erário	352
10.5. Ministério Público como parte e a prerrogativa funcional da reserva de “assento à direita do órgão jurisdicional” (art. 41, XI, Lei n. 8.625/1993).....	355
11. Questões recursais	356
11.1. O recurso de terceiro	356
11.1.1. Consideração introdutória	356
11.1.2. Regras básicas	357
11.1.3. Recurso de terceiro co-legitimado contra a homologação de compromisso judicial de ajustamento de conduta	357
11.2. O interesse recursal	358
11.3. O efeito suspensivo dos recursos.	359
12. O reexame necessário.....	360
 Capítulo X	
COISA JULGADA	363
1. Noções gerais sobre o regime jurídico da coisa julgada.	363

SUMÁRIO

2.	Regime jurídico da coisa julgada coletiva	365
2.1.	Nota introdutória	365
2.2.	Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos difusos ou coletivos	366
2.3.	Coisa julgada coletiva nas ações que versam sobre direitos individuais homogêneos	368
3.	O art. 16 da LACP e a restrição territorial da coisa julgada coletiva	369
4.	Repercussão da coisa julgada coletiva no plano individual (§§ 2º e 3º do art. 103 do CDC)	370
5.	Alguns posicionamentos doutrinários críticos à extensão da coisa julgada ao plano individual <i>secundum eventum litis</i>	372
6.	Transporte <i>in utilibus</i> da coisa julgada penal coletiva para a esfera coletiva e individual (art. 103º, § 4º, CDC)	373
7.	Coisa julgada na ação de improbidade administrativa	374
8.	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo	376
9.	Ação rescisória de sentença coletiva fundada em prova nova: análise da proposta do Código Modelo de Processos Coletivos para a Ibero-américa	378

Capítulo XI

LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA	381
1. A liquidação coletiva	381
1.1. Conceito de liquidação	381
1.2. Processo de liquidação, fase de liquidação e liquidação incidental	382
1.2.1. Introdução: antes e depois da Lei Federal nº 11.232/2005	382
1.2.2. A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	383
1.3. A liquidação da sentença genérica proferida em processo em que se discutem direitos individuais homogêneos	385
1.4. Liquidação de sentença proferida em processo coletivo em que se discutem direitos difusos ou coletivos em sentido estrito (prestações pecuniárias)	387
1.5. <i>A fluid recovery</i>	388
2. Execução da sentença no processo coletivo	390
2.1. Generalidades	390
2.2. O fundo de defesa dos direitos difusos (FDD, art. 13 da Lei Federal nº 7.347/1985)	394
2.3. A execução da sentença genérica na ação coletiva sobre direitos individuais homogêneos. O problema da legitimidade ativa	396
2.4. Execução fundada em sentença penal coletiva condenatória	400
2.5. Execução coletiva fundada em título extrajudicial. O paradigma da execução das decisões do CADE	401
2.6. Regime jurídico das despesas processuais na execução coletiva	402
2.7. Execução de sentença coletiva não embargada pela Fazenda Pública e honorários advocatícios de sucumbência	403
3. Competência para a liquidação e execução coletivas	407

Capítulo XII

PROCESSO COLETIVO PASSIVO	411
--	-----

1. Nota introdutória	411
2. Conceito e classificação das ações coletivas passivas. As situações jurídicas passivas coletivas: deveres e estados de sujeição difusos e individuais homogêneos	411
3. Exemplos de ações coletivas passivas.....	415
4. Aplicação subsidiária das regras do processo coletivo ativo	419
5. Coisa julgada no processo coletivo passivo	420
5.1. Consideração geral.....	420
5.2. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas <i>contra</i> deveres ou estados de sujeição difusos ou coletivos <i>stricto sensu</i>	421
5.3. Coisa julgada nas ações coletivas passivas propostas <i>contra</i> deveres individuais homogêneos	422
6. Consideração final.....	425
Bibliografia	429
Anexo I	
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL COLETIVO: UM MODELO PARA PAÍSES DE DIREITO ESCRITO	
	453
Anexo II	
ANTEPROJETO DE CÓDIGO MODELO DE PROCESSOS COLETIVOS PARA IBERO-AMÉRICA	
	467
Anexo III	
ANTEPROJETO DE CÓDIGO BRASILEIRO	
	475
DE PROCESSOS COLETIVOS: EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	
	475
Anexo IV	
ANTEPROJETO DE CÓDIGO BRASILEIRO DE PROCESSOS COLETIVOS: O ANTEPROJETO ELABORADO NO ÂMBITO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UERJ E UNESA	
	495